



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PAUTA PREVISTA PARA
31 DE OUTUBRO A 04 DE NOVEMBRO DE 2022
(Sujeita a alterações)**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
Coordenação de Apoio ao Plenário
Telefones: (0xx61) 3216-1144 / 1145 / 1146**

31/10/2022
(SEGUNDA-FEIRA)

NÃO HÁ PREVISÃO DE SESSÃO PLENÁRIA

1º/11/2022
(TERÇA-FEIRA)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
(DELIBERATIVA)
(Virtual)
(ÀS 10 HORAS)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento n. 1.460/22**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2022**, do Senado Federal, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. **(Liberação de fundos para financiar piso da enfermagem) (NT 62 e T 64)**
- II. **Requerimento n. 1.471/22**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022**, do Sr. Danilo Forte, que **susta as RESOLUÇÕES NORMATIVAS ANEEL nº 1.024, de 28 de junho de 2022**, que aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013, e nº 1.041, de 20 de setembro de 2022, que aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica. **(NT62 e NT 64)**

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Discussão

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.128, DE 2022
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.128, de 2022, que **dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil**. Pendente de parecer

da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 02/09/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 16/09/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 15/11/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.129, DE 2022
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.129, de 2022, que altera a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, para **ampliar o período de vigência do Plano Nacional de Cultura**. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 04/09/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 18/09/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 17/11/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.130, DE 2022
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.130, de 2022, que abre crédito extraordinário, em **favor do Ministério da Cidadania e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 27.094.524.171**, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 15/09/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 29/09/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 28/11/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155, do Regimento Interno)

Discussão

4

PROJETO DE LEI Nº 4.815-B, DE 2019
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.815-B, de 2019, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, **para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social; a atuação preventiva de acompanhamento psicológico e multidisciplinar aos seus familiares; e a realização de conferências para debater as diretrizes dos planos de segurança pública e defesa social**; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste e do de nº 6355/19, apensado, com substitutivo (Relatora: Dep. Carmen Zanotto); e da

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e do de nº 6355/19, apensado, com substitutivo (Relatora: Dep. Policial Katia Sastre). Pendente de parecer das Comissões de: Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

Tendo apensados (7) os PLs nºs 797/19, 6.210/19, 6.355/19, 2.908/21, 4.346/21, 867/22 e 1.790/22.

APROVADO O RQU Nº 3.246/19, EM 04/02/20, APRESENTADO AO PL Nº 6.355/19, APENSADO.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

5

PROJETO DE LEI Nº 1.776-B, DE 2015

(DO SR. PAULO FREIRE E DA SRA. CLARISSA GAROTINHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.776-B, de 2015, que **inclui no rol de crimes hediondos os crimes de pedofilia**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, e pela rejeição do de nº 5.322/16, apensado(Relator: Dep. Rôney Nemer); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação destee dos de nºs 5.322/16, 2.007/19, 2.337/19, 1.048/21, 4.928/19, 6.138/19, 3.134/20, 5.326/20, 5.618/20, 1.130/20, 1.252/21, 4.315/20 e 219/21, apensados, com substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, má técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do de nº 5.132/19, apensado (Relator: Dep. Léo Moraes). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (17) os PLs nºs 5.322/16, 2.007/19, 2.337/19, 4.928/19, 5.132/19, 6.138/19, 1.130/20, 3.134/20, 4.315/20, 5.326/20, 5.618/20, 219/21, 1.048/21, 1.252/21, 102/22, 406/22 e 589/22.

APROVADO O RQU Nº 1.049/21, EM 18/05/22, APRESENTADO AO PL 1.252/2021, APENSADO.

6

PROJETO DE LEI Nº 4.168, DE 2021

(DO SR. VINICIUS CARVALHO E DA SRA. MARIA ROSAS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.168, de 2021, que **reconhece o Cristianismo como manifestação cultural**. Pendente de pareceres das Comissões de: Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 509/22, EM 04/08/22.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

7

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 2022

(DO SR. ALENCAR SANTANA BRAGA E OUTROS)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 13, de 2022, que **determina às empresas de transporte de passageiros a implantação de rastreamento no transporte de PETs – animais de estimação**. Pendente de parecer das Comissões de: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Viação e Transportes; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU Nº 1.126/22, EM 04/08/22.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

URGÊNCIA

(Artigo 151, I, "j" do Regimento Interno)

Discussão

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 215-C, DE 2021
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 215-C, de 2021, que **aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020**; tendo parecer: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Carmen Zanotto); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária (Relator: Dep. Eduardo Cury); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Eduardo Cury). **(NT 62 e NT 64)**

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 289-B, DE 2021
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 289-B, de 2021, que **aprova o texto do Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009**; tendo parecer: da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pela aprovação (Relator: Dep. Silas Câmara); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luizão Goulart). **(NT 62 e NT 64)**

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 331-C, DE 2021
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 331-C, de 2021, que **aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira**, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.; tendo parecer: da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação (Relator: Dep. Luis Miranda); da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Eduardo Cury); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Luizão Goulart). **(NT 62 e NT 64)**

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 645-A, DE 2021
(DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 645-A, de 2021, que **aprova o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013**; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Eduardo Cury). **(NT 62 e NT 64)**

**02/11/2022
(QUARTA-FEIRA)**

**FERIADO NACIONAL - DIA DE FINADOS
(Art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949)**

**03/11/2022
(QUINTA-FEIRA)**

NÃO HÁ PREVISÃO DE SESSÃO PLENÁRIA

**04/11/2022
(SEXTA-FEIRA)**

NÃO HÁ PREVISÃO DE SESSÃO PLENÁRIA
